



>> No fio da navalha

1. A linha que separa o certo do incerto, o seguro do inseguro, a legalidade da ilegalidade é ou deve ser, em teoria, clara. A organização de uma sociedade justa e segura exige a existência de leis que a regulem, de linhas claras que delimitam a infração do respeito. Na prática, a situação é mais complexa, pois essa linha fica atenuada, até turva: nuns casos essa separação é circunscrita com artifícios talvez legais ou sem legislação específica, como as questões fiscais no mundo global, e noutros fica uma sensação, senão mesmo quase certeza, de injustiça em algumas deliberações, até por serem invocados os chamados erros processuais. Há muitas situações não ilegais mas que são claramente imorais, numa sociedade que se pretende justa.

Nem o mundo nem a sociedade são lineares, e a criação de normas é uma necessidade para ordenar a sociedade, de tornar a sua análise mais simples e de gestão possível. Como se diz na matemática, há um processo de linearização – como processo de aproximar a não linearidade que é complexa. Mas os sistemas para serem quase perfeitos, partindo do pressuposto que a perfeição só pode existir na arte e no imaginário, têm de estar submetidos a pequenas perturbações aleatórias e de saber lidar com resultados menos esperados. Isso ocorre com a genética de cada ser vivo, as máquinas mais complexas e evoluídas contruídas até ao momento. Algoritmos genéticos têm sido desenvolvidos exatamente para melhor simularem modelos económico-sociais e biológicos, entre outros.

2. O crime informático, como qualquer crime, é passível de pena. No entanto, por vezes, para que certas informações sejam expostas, a linha entre o legal e o ilegal é dobrada. Sem ela não se saberia muita da informação que hoje é de domínio público, nem, mais recentemente, se teria assistido a movimentações de pessoas, aos milhares, em protesto ou em concertação para alterações de regime, como ocorreu na chamada primavera Árabe.

Este é um assunto polémico. Vivendo em sociedade e contribuindo para ela, temos de respeitar a lei. Mas, há sempre um mas, há uma parte da sociedade que tem o poder de controlar a elaboração das regras, fazendo com que, no limite, o controlo da in-

formação leve ao enviesamento da opinião pública e portanto á diminuição dos níveis democráticos, pilar essencial de uma sociedade representativa e justa.

A informação, não linear, circula na tecnologia, linear. Ao controlar a tecnologia, controla-se o acesso à informação. Isso é positivo pois todos queremos que os nossos dados pessoais, bancários e fiscais estejam protegidos. As empresas não querem ser devassadas por estranhos e os Estados lutam por manter os seus dossiers, alguns altamente secretos, ao abrigo de intrusos. Mas hoje, numa sociedade dependente da informação, a maior parte dos sistemas não é seguro ou está mal protegido. Quantas são as pequenas e médias empresas que têm instalados mecanismos mínimos de proteção contra intrusão informática? São comuns notícias de sabotagem de sites de ministérios e repartições públicas. Urge colocar na discussão estas preocupações e fazer incluir das preocupações sérias do estado e das empresas este problema. O setor financeiro, por razões óbvias, tem sido aquele que mais se terá empenhado nesta problemática, até por razões de subsistência. Imaginam a banca ou os seus utilizadores, deixarem de ter acesso às suas contas por via digital? Como seria a nossa sociedade se de repente os cartões de crédito/débito não fossem credíveis? Isso custaria muito dinheiro às instituições que os gerem! Não têm pois alternativa.

Há organizações cujo objetivo é quebrar segurança, para mostrar debilidade dos sistemas e expor informação não pública, para terem visibilidade e assim influenciarem ao nível político. Palavras-chave como Ciberativismo devem passar a fazer parte do léxico usual, e o seu significado percebido. Por estes dias em Portugal, foram detidos, e posteriormente colocados em liberdade, alguns indivíduos ligados ao grupo Anonymous. Muita da atividade dos Anonymous era exposta no site Tugaleaks, inspirado no já bem conhecido Wikileaks, onde têm vindo a ser disponibilizados informações e documentos de elevado nível de confidencialidade.

3. Atos que consubstanciam crime têm de ser punidos. Mas não será que alguns dos resultados destas ações são as tais perturbações necessárias para o correto e equilibrado funcionamento dos sistemas complexos como o de uma sociedade? Parece possível que sem tropelias, sem um certo esticar de corda, sem esborratar a linha, certas informações, atos e políticas nunca veriam a luz

do dia. É certo que o mundo que se vai construindo seria diferente sem estes sinais de alerta. Será que esta informação é toda credível? Uma não será, mas outra é-o certamente, até pela pronta reacção que logo induz.

Nem tento argumentar que é um mal necessário, nem muito menos um bem em si. Mas que desperta a mente dos respeitosos e aponta/condiciona a acção infratores ... lá disso não há dúvidas.